

Portos do Paraná investem em segurança no cais

Os Portos do Paraná investem constantemente para fortalecer a segurança na região do Porto de Paranaguá. Além da atuação conjunta com Polícia Militar, Polícias Rodoviárias Federal e Estadual e Guarda Municipal, na segurança de caminhões e veículos na entrada da cidade, a Unidade Administrativa de Segurança Portuária (UASP) atua para coibir ações criminosas dentro do cais público.

Para ampliar a atuação, a administração dos portos investe em treinamento e tecnologia. “Realizamos uma capacitação dos guardas neste mês e demos início ao processo de aluguel de drones para fiscalização e monitoramento”, diz o responsável pela UASP, major Cesar Kamakawa.

Segundo ele, o Plano de Segurança do Porto de Paranaguá também passa por uma revisão e deve ser modernizado. A intenção é ampliar o controle na entrada e saída das áreas alfandegadas.

ESTRUTURA

Os Portos do

Paraná foram os primeiros terminais públicos do Brasil a receberem a certificação definitiva do Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, na sigla em inglês).

Nos três portões de acesso de veículos (carros e caminhões com mercadorias), além das 12 balanças e sistemas de câmeras, existe um sistema de reconhecimento e leitura de placa, cancelas por radiofrequência e circuito fechado de TV. O acesso do motorista é exclusivamente biométrico, ou seja, pelo reconhecimento das digitais. Todos os veículos devem ser cadastrados e levar uma etiqueta com código de barra, para passar pelo gate (portão). Quem acessa

o cais a pé, como é o caso dos trabalhadores e tripulantes, tem as bagagens e bolsas vistoriadas pelos escâneres. Eles ainda passam por catracas de identificação, leitores de biometria e torniquete bidirecional.

A Administração conta também com

escâner de cargas, no cais comercial, para inspeção das cargas que desembarcam no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) e entram na área pública do Porto. O equipamento consegue detectar qualquer tipo de substância, como produtos químicos, armas ou drogas.

As imagens são enviadas diretamente para o sistema da Receita Federal, que cruza, em tempo real, com os dados descritos na nota fiscal. Assim, o processo de fiscalização fica mais rápido e preciso.

APRENSÕES

O controle rigoroso no trânsito de pessoas, veículos e cargas nos Portos do Paraná tem ajudado no trabalho da Receita Federal no combate ao tráfico de drogas e outras práticas criminosas. Neste ano, as apreensões de drogas cresceram quase 20%, segundo dados da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Paranaguá.

Nos primeiros três meses deste ano, foram apreendidos 5.843

quilos de cocaína no Terminal de Contêineres. No ano passado, no mesmo período, foram 4.895 quilos.

“Estas apreensões são resultados de alertas da segurança dos terminais, uso de imagens de escâner dos contêineres, além das pesquisas feitas pela nossa equipe quanto à carga, transporte, movimentação e destino final, informações próprias de inteligência e informações de outros portos nacionais e internacionais”, explica o auditor-fiscal Gerson Zanetti Faucz.

Segundo ele, a Receita Federal utiliza amplamente a análise e gerenciamento de riscos, usando sistemas informatizados de dados para identificar importadores e exportadores.

“Assim, conseguimos liberar rapidamente as cargas daqueles que agem corretamente, e vistoriando e retendo as mercadorias daqueles que tentam burlar a legislação”, diz.

CONTÊINERES

No Terminal de Contêineres de Parana-

guá, todo o trabalho de investigação é conduzido pelos servidores da Receita Federal e Polícia Federal, que possuem acesso aos sistemas de segurança do TCP e podem monitorar em tempo real a movimentação de pessoas e cargas dentro do terminal, pelos sistemas informatizados.

Cabe ao TCP manter o funcionamento adequado de toda a estrutura disponibilizada para o trabalho de investigação dos órgãos competentes. Isso é feito

através de 250 câmeras de vigilância de alta resolução e visão noturna em todo o perímetro, ruas e armazéns do terminal, bem como dois aparelhos de escâner de última geração e equipe de avaliação de riscos em regime 24 por 7.

Sobre as atividades de escaneamento, a empresa ressalta que disponibiliza para a Receita Federal e Polícia Federal um equipamento adicional à quantidade mínima prevista nas regras de alfandegamento.

“Para reforçar a segurança no terminal e garantir um alinhamento com a prática adotada na grande maioria das alfândegas dos demais portos brasileiros, além do escaneamento de 100% dos contêineres vazios e de exportação, o TCP faz o escaneamento de 100% dos contêineres de importação, auxiliando também na identificação e combate ao crime de contrabando e descaminho”, afirma a empresa, por meio da assessoria de imprensa.



Normas de licenciamento na agropecuária serão revisadas

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo promoveu nesta semana (24, 25 e 26), em Toledo, Oeste do Estado, um encontro para discutir várias alterações na legislação, a fim de desburocratizar o processo de licenciamento ambiental na área agropecuária.

Participaram diretores e técnicos da secretaria, escritórios regionais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e das cooperativas C. Vale, Frísia, Lar, BRF, Copacol e Coopavel.

O objetivo princi-

pal foi a revisão das portarias e resoluções de licenciamento ambiental dos setores de suinocultura, avicultura, bovinocultura e piscicultura para tornar os processos mais ágeis.

“Nosso objetivo é fazer uma ampla revisão dos procedimentos necessários no licenciamento ambiental nesses setores, deixando mais dinâmicos os processos de vistoria e concessão de licença”, disse o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes. Segundo ele, são adequações para tornar a tramitação dos proces-

sos mais rápida e facilitar a vida dos produtores rurais do Estado.

SUINOCULTURA

Uma das mudanças propostas é a adequação da normativa nº 105.006/2002, que estabelece as características e critérios para o licenciamento ambiental da suinocultura. A atualização da normativa prevê o aumento da quantidade de matrizes e dejetos em cada propriedade, para facilitar o processo de licenciamento ambiental estadual.

“Não é justo exigir que um suinocultor que deseja ampliar a

quantidade de animais, sem construir novas instalações, precise fazer licença prévia, licença de instalação e licença de operação”, disse o secretário. “A exigência aumenta custos, serviços e tempo para liberação. Vamos desburocratizar, sem prejuízos para o meio ambiente e com economia de tempo e recursos para o produtor”, acrescentou.

SIMPLIFICAÇÃO

Segundo o diretor de Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamentos Especiais da Secretaria, José Volnei Bisognin, todos os procedimentos de licenciamento serão revistos.

Ele afirmou que o objetivo é modernizar os licenciamentos

para agilizar e simplificar, sempre dentro de uma segurança jurídica. “Queremos ter todas as normas revisadas, olhando a situação do porte da empresa e as modalidades de licenciamento. Todas as resoluções serão alteradas com o objetivo de preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo tornar mais ágil o processo de licenciamento dos empreendimentos agropecuário”, disse.

Segundo Bisognin, a participação dos técnicos do IAP, da iniciativa privada e das cooperativas no encontro foi importante para avaliar as propostas de modernização da legislação.

Ele afirmou que o diálogo foi muito pro-

duativo, especialmente para ouvir tanto os técnicos que trabalham diretamente na fiscalização dos licenciamentos ambientais, como para analisar as necessidades das cooperativas, que são as maiores produtoras de proteína animal do país. “A suinocultura, a avicultura e a bovinocultura são fundamentais no contexto socioeconômico do Estado, com reflexos em todos os setores da economia paranaense”.

TRABALHO CONJUNTO

Segundo Silvia Peixer, do Sindicato Rural de Toledo, o encontro é uma iniciativa inédita, já que pela primeira vez técnicos, cooperativas e sindicatos trabalham jun-

tos pela modernização e desburocratização do licenciamento ambiental.

“Essa interlocução entre o Governo do Estado e os sindicatos, que representam os produtores rurais, nos dá mais segurança e tranquilidade para o caminho da regularização e modernização das atividades agropecuárias em nossa região”, disse. “Podemos opinar e sugerir alterações para melhorar a legislação, sem tanta burocracia para os produtores. Nosso sindicato tem um projeto de assistência técnica e gestão ambiental nas propriedades rurais e essa iniciativa tem o apoio da Secretaria”, acrescentou Silvia.



depósito

Bruanjo

★ **TUDO EM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS**

FONE 3232-4821 • CEL 99913-2526

AV. DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 762 • SERTANÓPOLIS • PR